



Pedro Freitas

De olho.

O ex-prefeito de Santa Cruz do Piauí fez um milagre.

Ele conseguiu pagar 400 mil reais a fornecedores no último dia do ano de passado, quando terminou o seu mandato.

O seu sucessor na prefeitura, Barroso Neto, vai perguntar aos Auditores da Tribunal de Contas do Piauí como esse gestor conseguiu ser tão milagreiro.

Ah, a piada pronta é que esse senhor atende pelo angelical nome de “Doutor Santinho”.

Wall Ferraz

De olho.

Mais de 60 prefeitos piauienses já decretaram Estado de Calamidade em suas cidades.

Cuidado, Tribunal de Contas do Estado.

No meio de tantos gestores, inclusive alguns honestos, muitos estão querendo utilizar tal artifício para tratar de forma, como direi?, “larápia” o cofre municipal.

Coluna Francisco Magalhães. Caderno 2, Página 2.

JORNAL
meio norte



APESAR DA CRISE

TCE-PI decidiu, por unanimidade, que o prefeito do município de Várzea Branca, Idevaldo Ribeiro, deve demitir parentes em cargos em comissão

TCE manda prefeito demitir parentes de cargos em comissão

FRANCY TEIXEIRA
DE POLÍTICA

Em processo relatado pelo conselheiro substituto Jaylson Campelo, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) decidiu, por unanimidade, que o prefeito do município de Várzea Branca, Idevaldo Ribeiro (PSB) deverá desligar imediatamente todos os parentes favorecidos em cargos de comissão no município piauiense. A determinação legal expedida pelo órgão considera a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que veda o favorecimento de qualquer ente com grau de parentesco na administração pública.

TCE foi provocado pelo vereador de oposição Gildemar Reis através de denúncia

O TCE foi provocado pelo vereador de oposição Gildemar Reis (PPL), através de denúncia formulada durante a gestão passada do atual prefeito. As supostas irregularidades quanto à prática de nepotismo também acarretaram na multa de 200 UFR (Unida-



JAYLSON relatou afastamento aprovado por unanimidade

de Fiscal de Referência), em torno de R\$ 640.

A nomeação de parentes por gestores municipais vem sendo alvo de diversos órgãos de controle, o Ministério Público (MP-PI), por exemplo, através do promotor de Justiça de São Pedro do Piauí, Mário Alexandre Costa Normando, emitiu recomendação na última semana para que o prefeito do município, José Maria de Aquino Júnior, conhecido como Júnior Bill (PSDB), exonere todos os ocupantes de cargos comissionados, função gratificada ou confiança que

tenham qualquer grau de parentesco com o mesmo. Segundo o ato, o novo gestor teria nomeado a esposa Ana Thaysa Coelho para o cargo de secretária de Assistência Social, além dos seus irmãos, Daniel Lúcio e Lourdes Lúcio, para os postos de presidente da Comissão de Licitação e secretária de Saúde, respectivamente.

Outras ações do tipo têm sido investigadas pelos órgãos no Piauí, objetivando o cumprimento da Constituição no que tange os princípios da moralidade e impessoalidade.

JOSÉ DE FREITAS

Promotoria investigará desvios de recursos da Educação

O Ministério Público resolveu na quinta-feira, dia 19 de janeiro, instaurar inquérito civil público para apurar irregularidades com desvios em pagamentos indevidos com valores referentes ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em contas municipais de José de Freitas. A ação foi provocada por informações dispostas pelo prefeito eleito, acompanhadas de extratos bancários, relatórios e tabelas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). O novo ges-

tor, Roger Linhares (PP), denunciou que a antiga administração teria deixado as contas do município sem saldo, sendo os recursos transferidos para terceiros.

Com o processo, o promotor Flávio Teixeira de Abreu impôs que 'incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, adotando, para tanto, as medidas cabíveis para a correta aplicação da lei', indicando ainda que é atribuição

do Ministério Público a defesa do patrimônio público e das verbas públicas. O representante do Ministério Público também ressalta que é vedada a utilização dos recursos do FUNDEB para financiamento, ou como sua garantia, de despesas que não se destinem ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública e em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica. (F.T.)